SOCIOLOGIA

06

SOCIEDADE BRASILEIRA

SOCIEDADE BRASILEIRA

Todo mundo sabe que a realidade brasileira é bastante complexa. Nos dias atuais, com tanta informação correndo de um lado para o outro nas redes sociais, tornou-se ainda mais difícil dar sentido a toda essa confusão e explicar minimamente as origens, causas e razões dos problemas que nos afligem como sociedade e como país. Neste sentido, o intuito dessa apostila é apresentar algumas tendências de interpretação da sociedade nacional que são cultivadas desde o início do século XX, especialmente num campo de estudos conhecido como **Pensamento Social Brasileiro**.

Veremos de que maneira alguns autores-chave das Ciências Sociais brasileiras, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Caio Prado Jr., Darcy Ribeiro, entre outros, procuraram refletir sobre as razões históricas, culturais, econômicas e sociais que fizeram do Brasil o Brasil. Ao final, discutiremos também o processo de criação de uma identidade nacional brasileira a partir da apropriação oficial de certos emblemas culturais outrora marginalizados e desvalorizados devido à sua origem popular.

O LEGADO COLONIAL

Um dos principais lugares-comuns sobre a sociedade brasileira é o de que sua cultura é fruto de três matrizes civilizacionais diferentes: a matriz ameríndia ou indígena, representada pelos habitantes originais do continente americano antes da chegada dos colonizadores; a matriz europeia, legada pelos conquistadores portugueses e pelos demais imigrantes oriundos do velho continente, ao longo dos séculos XIX e XX; e a matriz africana, oriunda da diáspora negra decorrente da escravidão. Esta constatação, no entanto, nos diz pouca coisa, já que o simples reconhecimento de um elemento indígena, um elemento branco e um elemento negro na formação sociocultural do país deixa em aberto as características da interação entre essas três matrizes e o modelo de **integração étnica** associado a este encontro de civilizações.

Da mesma maneira, é comum associarmos algumas características que entendemos negativas da vida social e política brasileira – como o "jeitinho" nas relações com o poder, a recorrência de casos de corrupção de agentes públicos, a pouca dissociação entre as esferas pública e privada – como consequências da colonização portuguesa ou latina. No entanto, assim como no caso da integração

étnico-racial, exploramos pouco de que maneira a colonização portuguesa gerou todos esses aspectos que consideramos negativos, assim como nos deixamos cair facilmente na ideia de que outros modelos de colonização (o anglo-saxônico, sobretudo) estariam imunes dos mesmos problemas que identificamos em nossa sociedade.

Em linhas gerais, portanto, podemos dizer que os esforços do pensamento social brasileiro se dedicaram a tornar essas associações mais claras e nítidas, assim como organizar um pouco melhor essas impressões derivadas da nossa autoimagem que circula no senso comum.

A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

Quanto à questão étnico-racial, é preciso destacar que, no início do século XX, alguns pensadores identificados com o chamado **racialismo** acreditavam que várias mazelas da sociedade brasileira, como seu subdesenvolvimento capitalista, seus altos índices de criminalidade, etc., derivavam da mistura entre as raças. Para o racialismo, a humanidade se dividia em raças diferentes, cada uma das quais possuidora de características e virtudes próprias. Neste sentido, defendiam que a mestiçagem, ou mistura entre elementos de raça diferentes, desencadeava um processo de enfraquecimento ou degenerescência dos caracteres virtuosos de cada linhagem, enfatizando apenas os caracteres ruins. Obviamente, esta teoria caiu por terra, já que era pseudocientífica e não coadunava com a realidade. Mesmo assim, permaneceu por muito tempo no senso comum a ideia de que o Brasil era uma sociedade pobre e pouco desenvolvida devido ao seu alto grau de mestiçagem, representada pela figura tipicamente nacional do “mulato”.

Foi com o intuito de combater essa percepção racista e derrogatória da sociedade brasileira que o antropólogo e historiador pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987) propôs um modelo alternativo de interpretação das origens mestiças do nosso país, alegando que a colonização portuguesa – ao contrário da anglo-saxônica nos Estados Unidos, por exemplo – mais incentivou do que combateu a miscigenação, produzindo uma matriz civilizatória diferente e original nos trópicos.

Para Freyre, ainda que os elementos negro e indígena vivessem em condição subalterna no contexto colonial, a interação destes dois mundos com o universo branco era bastante intensa, especialmente nos primeiros séculos da colonização. Um dos resultados deste modelo de integração

racial, segundo Freyre, seria a transformação da cor em marcador social fundamental no Brasil. Assim, enquanto na sociedade norte-americana nós podemos falar de um racismo de **sangue**, no qual a presença de um elemento não branco na ascendência de alguém já é suficiente para fazê-la ser reconhecida como negra, no Brasil vigora o modelo do racismo de **marca**, em que se destaca seu tom de pele no contraste com a outra pessoa da interação.

Os críticos de Freyre alegam que ele teria criado o mito de que o Brasil vive em uma “democracia racial”, na qual, no limite, não haveria racismo. De fato, sua abordagem tende a deixar de lado a extrema violência da escravidão e da dominação portuguesa sobre as populações não brancas. Mesmo assim, chama atenção para aspectos bastante particulares da sociedade colonial brasileira, em especial a intensa interdependência entre os universos da “casa grande” e da “senzala” em um mesmo organismo social.

O PATRIMONIALISMO

Outro importante eixo de análise desenvolvido pelo pensamento social brasileiro são as origens e a dinâmica do patrimonialismo que nos caracterizaria enquanto sociedade. Em termos gerais, poderíamos classificar o patrimonialismo como a tendência a enxergar o patrimônio público, ou do Estado, como parte do patrimônio privado ou particular. Assim, aquilo que seria destinado ao usufruto de todos, é apropriado por uns poucos para seu usufruto próprio. A corrupção e o “jeitinho”, elementos tão presentes na autocrítica que o senso comum faz da própria sociedade brasileira, teriam origem nessa estrutura patrimonialista derivada da nossa colonização.

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), em seu livro **Raízes do Brasil**, o fato da colonização do nosso país ter sido legada inicialmente para agentes privados, dedicados ao enriquecimento próprio e ao acúmulo imediato de riquezas, teria produzido uma sociedade excessivamente personalista e baseada na influência pessoal sobre as relações sociais, muito mais do que na obediência a um processo civilizatório claro e/ou a um corpo conciso de leis. Neste sentido, Buarque de Holanda alega que o patrimonialismo e o personalismo que caracterizam a sociedade brasileira seriam obstáculos para a consolidação da democracia.

 |

Este argumento coincide com o desenvolvido pelo jurista Raymundo Faoro (1925-2003) em seu livro **Os donos do poder**. De acordo com Faoro, a colonização do Brasil teria ficado a encargo de agentes privados, cujo poder era exercido de maneira despótica e baseado em redes familiares e clientelísticas de influência. Esta tendência é bastante clara quando percebemos que a primeira forma de divisão territorial do país se deu através de **capitanias hereditárias**, nas quais o donatário figurava praticamente como proprietário privado das terras a serem colonizadas.

Ao longo do tempo, este caráter patrimonialista da colonização brasileira teria dado origem ao que Faoro chama de **estamento patronal** da sociedade nacional, isto é, um conjunto de famílias e/ou linhagens tradicionais que detêm o poder político e econômico sobre determinadas regiões, ajustando seu exercício de poder às novas estruturas políticas e econômicas que o Brasil viveu ao longo de sua história.

A VOCAÇÃO PRIMÁRIO-EXPORTADORA

Em suas análises da realidade brasileira, Freyre, Buarque de Holanda e Faoro deram ênfase a aspectos que poderíamos classificar de superestruturais ou histórico-culturais. Em grande medida, aspectos que explicam certa mentalidade do tipo comum brasileiro e formas de ele agir no mundo e dotá-lo de sentido. Todavia, autores como Caio Prado Jr. (1907-1990) e Celso Furtado (1920-2004) enfatizaram traços mais infraestruturais da sociedade nacional, isto é, concernentes às estruturas econômicas e à vocação primário-exportadora do Brasil derivada da época colonial.

Por vocação primário-exportadora, podemos entender a tendência de colocação do Brasil na economia global como fornecedor de matérias primas. Logo, sempre em uma condição de subalternidade e dependência em relação às economias centrais. Desta forma, um processo de industrialização da sociedade nacional só poderia vir com um grande esforço interno de resistência a esta vocação primário-exportadora, cujas origens são identificadas no modelo de colonização imposto pelos portugueses ao longo da colonização.

De acordo com Caio Prado, o sentido da colonização do Brasil foi exploratório, ao contrário do que ocorreu em colônias de povoamento como no nordeste dos Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia e Austrália. O foco no enriquecimento rápido e na pilhagem dos recursos naturais teria,

 |

ademais, acentuado o desprezo da sociedade brasileira pelo patrimônio público, já que o importante sempre fora o enriquecimento e o benefício privado.

Assim, o foco da atividade econômica em terras brasileiras sempre se orientou no sentido de abastecer o mercado mundial de bens primários ou matérias-primas: primeiro o açúcar do nordeste, depois o ouro e, já no período pós-independência, o café. Logo, todos os aspectos superestruturais da sociedade brasileira identificados pelos autores precedentes (modelo brasileiro de integração social, patrimonialismo, etc.) poderiam ser entendidos como derivações dessa infraestrutura econômica, que permaneceria primariamente vocacionada mesmo após o fim do período colonial.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

O que nos faz sentir brasileiros? Toda nação possui alguns emblemas e símbolos que, na condição de referência culturais, fazem com que seus membros se sintam parte de uma mesma totalidade social e histórica. Contemporaneamente, muitos são os emblemas culturais prototípicos da sociedade brasileira, como o futebol (ou melhor, uma maneira específica de jogá-lo e de torcer pela seleção ou por determinadas equipes), o samba, as paisagens naturais abundantes, etc.

Há, contudo, uma série de identidades regionais em nosso país com seus próprios emblemas culturais, como a música sertaneja no centro-oeste e no interior paulista e mineiro, o chimarrão e a mística do gaúcho no sul, o forró no nordeste, etc. Como tudo isso é integrado? Como se constrói uma unidade brasileira em meio a tanta diversidade?

O PROBLEMA DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

A preocupação em se criar uma identidade nacional brasileira vem desde a época do Império. Quanto a isso, é importante lembrar que logo após a independência do Brasil, em 1822, nem a unidade, nem a integridade territorial do império estavam garantidas, haja vista as imensas distâncias que separavam a então capital da Monarquia, o Rio de Janeiro, das demais

 |

províncias. Além disso, muitas regiões do país, como o norte, mantinham vínculos muito mais estreitos com a antiga Metrópole (Portugal) do que com o centro sul do novo país, o que demandava por parte das elites nacionais a formação urgente de um espírito propriamente nacional.

Ao longo do I Reinado, a figura quase sagrada do Imperador era o que mantinha, simbolicamente, todas as províncias unidas. Com o regresso de D. Pedro I a Portugal, entretanto, esse elemento simbólico de unificação nacional foi perdido, o que abriu espaço para inúmeras revoltas de caráter regional, como a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e a Cabanagem na Região Amazônica.

Mesmo assim, diversos intelectuais da época imperial procuraram forjar algum espírito nacional unificado. Entre os expoentes do movimento literário romântico, por exemplo, enfatizou-se o encontro entre a natureza americana e a civilização europeia como marco definidor da identidade brasileira, representados nas figuras ao mesmo tempo opostas e complementares do indígena e do português. Esta romantização do índio, no entanto, escamoteava a real situação dos mesmos durante o período colonial e mesmo no pós-independência, submetidos à espoliação das suas terras e a um vigoroso processo de extermínio cultural e linguístico. Da mesma maneira, a imagem de brasilidade forjada pelos intelectuais românticos não dava grande espaço para o elemento negro, ainda submetido aos grilhões da escravidão.

Posteriormente, a Guerra do Paraguai (1864-1870) abriu espaço para que um espírito identitário nacional fosse forjado face ao confronto com um inimigo externo. Centenas de milhares de populares foram enviados para a Região do Prata como voluntários, muitos deles escravos aos quais fora prometida a liberdade como recompensa. Neste sentido, o teatro de guerra serviu de forja para um sentimento de identificação entre elementos vindos de províncias diversas, que passaram a identificar no elemento militar o esteio da nacionalidade.

Após a Abolição da Escravidão, em 1888, não só o novo lugar dos negros na sociedade brasileira entrou na ordem do dia, mas também a importância do seu legado cultural e espiritual para a identidade nacional. É importante destacar que muitos dos atuais elementos que identificam o brasil no plano simbólico têm origem africana ou afro-brasileira (capoeira, samba, feijoada, etc.), o que nos impõe pensar de que maneira estes elementos culturais outrora desvalorizados e deixados de lado passaram a significar o Brasil como um todo, inclusive perante o exterior.

O ESTADO NOVO E A INVENÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

Entre 1889 e 1930, o Brasil foi governado por uma coalizão de elites regionais denominada "República Velha", que perpetuava a vocação agrário-exportadora do país e poucos esforços fazia em prol da sua industrialização e do aperfeiçoamento da cidadania. Em 1930, esta coalizão foi desfeita e subiu à presidência o gaúcho Getúlio Vargas (1882-1954), sustentado por uma aliança entre oligarquias dissidentes, progressistas sociais, positivistas do exército e reformadores de diversas naturezas, dentre os quais os chamados "Tenentes".

Os Tenentes eram oficiais de baixa patente do exército que, inspirados pelos escritos do filósofo positivista Auguste Comte, entendiam que o Brasil necessitava superar a dominação de suas oligarquias arcaicas para tornar-se uma nação desenvolvida. Muitos tenentes simpatizavam com a ideia de uma ditadura "esclarecida", isto é, que aplicasse, ainda que autoritariamente, um projeto de modernização para o Brasil.

Embora Getúlio não pertencesse diretamente ao movimento dos Tenentes, aos poucos seu governo foi se apropriando de algumas ideias desenvolvidas por ele, como por exemplo sua grande desconfiança em relação aos regionalismos e aos poderes locais. Nesta esteira, Getúlio e seus aliados viam na construção de uma identidade nacional brasileira o elemento psicológico e sociológico que faltava para a superação da dominação ideológica das oligarquias, de modo que grande parte dos seus esforços no governo foram empregados na "invenção", por assim dizer, de uma identidade brasileira.

Em 1937, Getúlio deu uma guinada autoritária e decretou o Estado Novo, sistema ditatorial que permaneceu até 1945. Um dos instrumentos mais importantes deste período foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que além de investir no culto à personalidade de Getúlio, também utilizou os meios de comunicação de massa – principalmente o rádio – para forjar uma identidade brasileira comum nos quatro cantos do país.

Foi durante este período, ademais, que muitos elementos da cultura popular brasileira – e dentre estes, da cultura afro-brasileira – foram elevados à condição de emblemas culturais de toda a nação, em um processo denominado apropriação cultural. Com isso, visava-se conquistar a aderência dos grupos populares ao espírito nacional que se encontrava em

formação, além de mitigar os possíveis conflitos raciais ainda oriundos da época escravocrata e que permaneciam sob a forma da pauperização generalizada da população negra na cidade e no campo.

Um bom exemplo disso é a capoeira. Inicialmente proibida pela polícia e identificada pelas autoridades com o crime e a marginalidade, este esporte de origem africana foi legalizado por Getúlio na esteira do processo de apropriação cultural do Estado Novo, abrindo as portas para que se tornasse um dos emblemas mais notórios da cultura brasileira no exterior. Da mesma maneira, o samba, inicialmente um estilo de música marginalizado na cidade do Rio de Janeiro, começou a ganhar destaque com o incentivo do Estado e da indústria fonográfica, passando a ser o ritmo brasileiro por excelência, reconhecido nos quatro continentes e muito identificado com o ritual do carnaval.

SOMOS TODOS ANTROPÓFAGOS?

É comum nos depararmos com a ideia de que o Brasil não possui autenticidade e prefere copiar os modelos culturais das nações desenvolvidas, principalmente as da Europa e os Estados Unidos. Sabemos, no entanto, que esta é uma ideia errônea, já que a produção cultural brasileira é muito dinâmica e variada em diversos âmbitos, que vão da música à culinária, do esporte às artes plásticas, da ciência à religião. Por outro lado, não deixa de ser verdade que nosso lugar no mundo ainda é subalternizado e, bem por isso, sofre com diversos processos de dominação e hegemonia cultural que vêm de fora.

Foi exatamente examinando este paradoxo que alguns intelectuais e artistas paulistas do início do século XX chegaram a uma conclusão polêmica e fascinante: assim como os índios canibais que deglutiam os primeiros exploradores europeus do século XVI, também nós, brasileiros modernos, seríamos um pouco antropófagos, ainda que em sentido metafórico.

Trocando em miúdos, o que caracterizaria a sociedade brasileira seria uma constante incorporação de elementos vindos de fora para, logo depois, serem transformados à luz de nossas próprias referências culturais. Esta ideia foi lançada inicialmente pelo Movimento Modernista identificado com a Semana de Arte Moderna de 1922. Mais especificamente, com o Manifesto Antropofágico, assinado por Oswald de Andrade e outros artistas vanguardistas. No entanto, traços dessa postura podem ser identificados em movimentos culturais posteriores, como a Tropicália, dos anos 1960-1970, o

Cinema Novo, desta mesma época, e também o movimento Mangue Beat, em Recife.

Atualmente, o intenso uso de redes sociais pela população brasileira e sua imensa criatividade na imitação e transformação de elementos culturais vindos de fora podem ser considerados bons exemplos da permanência desse espírito "antropófago" da nossa cultura, capaz de assimilar o que vem do exterior sem, contudo, perdermos nossa identidade e as referências que nos constituem.

PARA SABER MAIS!

- ✓ Livros:

SCHWARCZ, Lilia M. STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

Um dos melhores livros contemporâneos sobre história sociocultural do Brasil, escrito por duas das principais especialistas em cultura brasileira e questões étnico-raciais em nosso país.

- ✓ Filmes e documentários:

Quanto vale ou é por quilo?. Sérgio Bianchi, Brasil (2005).

Este filme traça um paralelo entre a atual situação da sociedade brasileira e seu modelo de integração racial com o legado da escravidão, intercalando dois momentos históricos diferentes: o presente e o século XVIII.